GESTÃO FAMILIAR COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NO NÍVEL DE DISCLOSURE DE ATIVOS INTANGÍVEIS

FAMILY MANAGEMENT AS A FACTOR INFLUENCING THE LEVEL OF DISCLOSURE OF INTANGIBLE ASSETS

ANDRÉ DE SOUZA SIMIL
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contador na empresa Kontabilità Consultoria e Contabilidade LTDA. E-mail: andre@kontabilita.com.br

OCTÁVIO VALENTE CAMPOS
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: octaviovc@yahoo.com.br

JACQUELINE VENEROSO ALVES DA CUNHA
Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: jvac@face.ufmg.br

MARIANA CAMILLA COELHO SILVA CASTRO
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: maricoelho200@yahoo.com.br

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Sala 2108, Pampulha, Belo Horizonte – MG – CEP 31.270-901.

Recebido em: 11.11.2015. Revisado por pares em: 19.03.2017. Aceito em: 16.11.2017. Avaliado pelo sistema *double blind review.*

Resumo: O objetivo principal deste estudo é discutir as diferenças nos níveis de evidenciação dos ativos intangíveis entre as empresas familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa, diante da obrigatoriedade da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis. Foram identificadas as entidades cujo controle fosse familiar por meio da análise do Formulário de Referência de todas as 525 empresas listadas na BM&FBovespa. Na sequência, procedeu-se à análise de seus Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas para a construção do índice de aderência ao CPC 04 (R1), por meio do *checklist* estruturado na pesquisa de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012). Os dados coletados foram analisados por meio da estatística descritiva e inferencial com o auxílio do software Stata. Foi formulada a hipótese de que o nível de *disclosure* dos ativos intangíveis das empresas familiares é menor quando comparado ao das companhias não familiares. A partir dos resultados encontrados, não se pôde rejeitar a hipótese nula deste estudo, verificando que não há diferenças significativas entre os níveis de *disclosure* das entidades dos dois segmentos analisados. Entretanto, foram encontradas diferenças estatisticamente relevantes nos níveis de divulgação que dizem respeito aos gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas.

Palavras-chave: Ativos intangíveis. Disclosure. Propriedade familiar.

Abstract: *The aim of this study is to observe the differences in disclosure levels of intangible assets between family businesses and unfamiliar listed on the BM&FBovespa in front of the mandatory application of Technical Pronouncement CPC 04 (R1) - Intangible Assets. Entitieswere identifiedwhose controlwas familiarthrough theReference Formanalysisof all525companies listed on theBM&FBovespa. Next, we proceeded to theanalysis of theirbalance sheetsand Notes for the construction of grip indextoCPC 04(R1) through the check list structure din Avelino, Pinho and Lamounier (2012) research. Data wereanalyzedusing descriptiveand inferential statisticswith theaid of Statas oftware. The hypothesis thatthelevel of disclosureof intangible assetsof family businessesislower when compared tonon-family companieswas formulated. From theresults, wecould notreject the nullhypothesis of this study, finding that there are no significantdifferences between thedisclosurelevelsof the bodiesof the two segmentsanalyzed. However, we found statistically significantdifferences in thelevels of disclosurerelatingto spending onresearch and developmentrecognizedas expenses.*

Keywords: *Intagible assets. Disclosure. Family firms.*

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Braga e Almeida (2008), o processo brasileiro de harmonização aos padrões internacionais de contabilidade teve início em 1990, por meio dos pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), através do International Financial Reporting Standards (IFRS) e do International Accounting Standards (IAS). O cenário, até então, mostrava uma Contabilidade voltada primordialmente ao fisco (IUDÍCIBUS, 2006). Grande parte dos profissionais seguiam as orientações emanadas pela Receita Federal do Brasil como base e critério de mensuração e avaliação de ativos e passivos. Mais tarde, grande evolução se deu pela criação do CPC, por meio da Resolução CFC nº 1.055/2005, que tinha por objetivo o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos, considerando a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. A promulgação das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 alteraram e revogaram diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76, bem como trataram a respeito da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Nesse contexto, cabe destacar as mudanças relacionadas aos ativos intangíveis. Cunha *et al.* (2010) ressaltam que, dentre outras alterações, a Lei nº 11.638/2007 passou a considerar o ativo composto por circulante e não circulante, tendo este último os subgrupos realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangíveis. Com a instituição do CPC 04, inspirado na norma internacional IAS 38, foram apresentados os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis. Esse novo cenário imputou aos diversos segmentos empresariais brasileiros a adaptação a essa nova realidade contábil, inclusive no que diz respeito ao nível de *disclosure* e aos ativos intangíveis.

Dentro do contexto empresarial, destacam-se as organizações familiares, possuidoras de um particular processo de gestão e de grande relevância no contexto econômico brasileiro. Nesse tipo de organização têm-se os membros de uma mesma família como proprietários e integrantes de conselhos, exercendo influência direta nas decisões da empresa. O chamado *Family Effect* (DYER JÚNIOR, 2006) tem sido utilizado para discutir e explicar comportamentos das organizações, tendo esse efeito interpretado como uma variável que deveria ser incluída nas pesquisas do universo empresarial (DYER JÚNIOR, 2003). Pesquisas recentes têm tido esse foco, a exemplo de Boff (2007) e Boff, Beuren e Hein (2009), também especificamente em relação ao *disclosure* (ALI; CHEN; RADHAKRISHNAN, 2007; CHEN; CHENG; CHENG, 2008).

Este estudo busca, assim, responder à seguinte questão problema: como a gestão familiar das companhias abertas brasileiras influencia as práticas de divulgação de seus ativos intangíveis? Para respondê-la, foi estabelecido como objetivo geral discutir as diferenças entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa, tendo por base o exercício social de 2012, identificando o grau de aderência das empresas da amostra ao CPC 04 (R1) (BRASIL, 2010b), diante da Deliberação CVM nº 644/2010 (BRASIL, 2010a), que aprova e torna obrigatória, para as companhias abertas, a aplicação desse pronunciamento.

Esta pesquisa justifica-se, primeiramente, pela potencial ausência da característica familiar das organizações nas pesquisas organizacionais. Segundo Dyer Júnior (2003), a característica familiar é entendida como uma variável que deve ser levada em consideração ao se investigar o comportamento das empresas. Um desses comportamentos pode estar ligado ao *disclosure*, conforme apontado por Ali, Chen e Radhakrishnan (2007), que relacionaram a divulgação das práticas de governança corporativa com a característica familiar das empresas. Além disso, pode-se citar o crescente interesse do *disclosure* como objeto de pesquisas. A divulgação de informações ambientais, por exemplo, foi explorada por Carneiro, Luca e Oliveira (2008) e Rover, Tomazzia, Murcia e Borba (2012) enquanto a evidenciação e transparência por parte das entidades do terceiro setor por Oliveira (2009) e Zittei, Politelo e Scarpin (2013). Particularmente sobre a divulgação de informações relacionadas aos ativos intangíveis, abordagem adotada neste estudo, pode-se citar as pesquisas realizadas por Cunha *et al.* (2010), Moura *et al.*(2011) e Santos, Ximenes, Gallon e Luca(2012).

Por fim, convém destacar a relevância das empresas familiares no cenário econômico. Lethbridgde (1997) destaca que, mundialmente, empresas controladas e administradas por pessoas de uma mesma família são responsáveis por mais de 50% dos postos de trabalho e, dependendo do país, geram de metade a dois terços do PIB. Entretanto, segundo Paulo e Cavalcante (2012), poucos estudos se concentram em analisar a relação dos dados contábeis com as características particulares da gestão das empresas. A união desses dois eixos temáticos – evidenciação contábil e propriedade familiar – constitui a principal justificativa deste estudo.

Este estudo está organizado estruturalmente em cinco seções. A primeira delas contém a introdução; a segunda apresenta a revisão da literatura, reunindo os temos e tópicos pertinentes ao tema. A terceira seção versa acerca dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A seção de número quatro exibe os principais resultados obtidos; na quinta e última seção constam as considerações finais, que incluem sugestões para futuras pesquisas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta e relaciona os principais temas e tópicos relativos às empresas familiares e a evidenciação contábil, especificamente no tocante aos ativos intangíveis.

2.1 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E SEUS INSTRUMENTOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O termo evidenciação, em Contabilidade, é utilizado de maneira ampla. Falcão (1995) conceitua evidenciação como a maneira pela qual os mais diversos usuários das demonstrações contábeis obtêm conhecimento do estágio de uma determinada empresa, tanto em termos de situação patrimonial e financeira, como de lucratividade e aplicação de seus recursos. Na visão de Iudícibus (2006), a evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os seus próprios objetivos e, ainda que as formas de evidenciação variem, a essência é sempre a mesma. Percebe-se que a expressão está ligada, ao mesmo tempo, à transparência e à divulgação das informações contábeis. Cavalcante, Misumi e Rudge (2009) evidenciam essa ligação ao definir o termo *disclosure* como a transparência na política empresarial, focada em divulgar todas as informações relevantes, positivas ou negativas.

Para Lanzana (2004), algumas entidades têm se envolvido em práticas de divulgação de informações no intuito de se diferenciar das demais, seja para angariar maiores recursos dos investidores, seja para manter um relacionamento interessante com o mercado. Hendriksen e Breda (1999) e Iudícibus (2006) revelam que um dos objetivos de se divulgar as informações é a transmissão de confiança para a tomada de decisão. Esses autores elencam algumas maneiras de realizar a evidenciação, como a apresentação de demonstrações contábeis, notas explicativas, informações entre parênteses, quadros e demonstrativos suplementares, relatório da administração e comentários e parecer do auditor.

A Lei n. 6.404 (BRASIL, 1976) claramente prevê, como instrumento de *disclosure*, as notas explicativas, que devem complementar as demonstrações financeiras com informações e quadros analíticos necessários para o esclarecimento da situação patrimonial da entidade. O CPC 26 (R1) (BRASIL, 2011b), aprovado pela Deliberação CVM nº 676/2011 (BRASIL, 2011a), trata da apresentação das demonstrações contábeis e destaca que as notas explicativas devem prover informação adicional que não tenha sido apresentada, mas que seja relevante para a sua compreensão. Para Colauto *et al.* (2009), visando a qualidade das informações, o legislador e os órgãos de regulamentação têm empreendido esforços para definir as informações que devem ser apresentadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas.

Cabe destacar o número expressivo de pesquisas que têm utilizado as notas explicativas como forma de mensurar o *disclosure* como, por exemplo, os estudos conduzidos por Cunha *et al.* (2010), Moura *et al.* (2011), Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), Santos *et al.* (2012), Lopes *et al.* (2013) e Zittei, Politelo e Scarpin (2013).

O Formulário de Referência mostra-se como um dos demonstrativos contábeis que promovem a evidenciação contábil por meio da comunicação e transparência. De acordo com o CODIM (2009), o FR é o principal meio de comunicação e prestação de contas a todos os públicos-alvo, uma vez que nele estão reunidas informações relevantes, tais como atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração de sua administração.

Souza e Barbosa (2011) indicam que o FR é mais um instrumento de divulgação da informação contábil e é baseado em textos narrativos. Esse instrumento se caracteriza por ser um formulário propriamente dito, em que são evidenciadas informações a respeito de mudanças no estatuto da companhia, alterações no capital social, emissão de novos valores mobiliários, dentre outras informações que buscam melhorar a qualidade daquelas que já são divulgadas periodicamente.

O Comunicado CVM de 07 de dezembro de 2009 salienta que o FR promove melhorias na quantidade e qualidade das informações, trazendo as regras brasileiras a padrões próximos daqueles recomendados pelas instituições internacionais especializadas em mercado de valores mobiliários.

Tanto o FR quanto as notas explicativas se mostram como ferramentas utilizadas pelas organizações para realizarem a evidenciação da informação contábil. De maneira mais específica, os dois documentos revelam as informações relacionadas aos ativos intangíveis, tanto obrigatórias quanto voluntárias (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012). Nesses documentos são apresentados, dentre outras informações, os critérios para reconhecimento e os métodos de mensuração e divulgação desses ativos, conforme preceitua o CPC 04 (R1) e CPC 26 (R1) (BRASIL; 2010b, 2011b).

2.2 ATIVOS INTANGÍVEIS, PROPRIEDADES FAMILIARES E SUAS DEFINIÇÕES

Verificam-se na literatura diversos conceitos de ativo intangível. Martins (1972) mostra que a falta de existência física não é necessariamente uma condição que diferencia os ativos intangíveis. Tal conceito também é defendido por Perez e Famá (2006, p. 13), ao relatarem que "a definição de ativo intangível como aquele que não possui existência física ou que não pode ser tocado é simplista e incompleta".

Iudícibus (2006) salienta que a definição de intangível precisa conter, de maneira obrigatória, os mesmos conceitos da definição de ativo, além do fator intangibilidade. Hendriksen e Breda (1999), assim como Colauto *et al.* (2009), citam alguns exemplos, como nomes de produtos, direitos de autoria, marcas, patentes, franquias, licenças, *softwares* desenvolvidos, concessões públicas, direitos de exploração e operação. Tais conceitos assemelham-se aos contidos na norma brasileira – CPC 04 (R1) – utilizados nesta pesquisa: ativo monetário identificável sem substância física, controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

No tocante às propriedades familiares, não há, na literatura, consenso a respeito do conceito de empresa familiar. Lourenzo (1999, p. 28) define empresa familiar como "uma organização em que tanto a gestão administrativa quanto a propriedade são controladas, na sua maior parte, por uma ou mais famílias, e dois ou mais membros da família participam da força de trabalho, principalmente os integrantes da diretoria". Para Floriani (2005, p. 45), entidade familiar é a "extensão de uma grande família a partir do núcleo encabeçado pelo empreendedor-fundador e, a partir deste, pelos seus herdeiros e sucessores que irão dar continuidade a um sonho por ele concretizado".

Bornholdt (2005) lembra que uma empresa familiar é considerada como tal quando pelo menos um dos fundamentos a seguir pode ser identificados na organização: (a) o controle acionário pertence à família e também aos seus herdeiros; (b) as relações afetivas e/ou laços familiares determinam a sucessão no poder; (c) os parentes se encontram em situações estratégicas, como na diretoria ou no conselho de administração; (d) as crenças e os valores da organização identificam-se com os da família; (e) os atos dos membros da família repercutem na empresa, não importando se nela atuam; (f) ausência de liberdade total ou parcial de vender suas participações/quotas acumuladas ou herdadas na empresa.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Diversas pesquisas têm tido a evidenciação de ativos intangíveis como objeto de investigação. No Quadro 1 estão resumidos os objetivos, a metodologia e os resultados encontrados pelas principais pesquisas utilizadas neste estudo como referencial teórico.

Quadro 1 – Estudos Anteriores: Resumo

Autoria	Principal Objetivo	Metodologia	Amostra	Principais Resultados
Moura *et al.* (2011)	Verificar se as empresas com maior conformidade quanto ao *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa.	Análise dos BPs, NEs, RAs e IANs; construção de um índice a partir de 16 quesitos, elaborado a partir do CPC 04 (R1).	49 empresas listadas em todos os setores da BM&FBovespa.	O maior índice de conformidade das informações sobre intangíveis encontrado foi 94%; O menor índice de encontrado foi 6%; O índice médio de conformidade das informações sobre intangíveis encontrado foi 61%.
Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012)	Apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa.	Análise dos BPs e NEs; construção de um índice a partir de 17 quesitos, elaborado a partir do CPC 04 (R1).	47 empresas listadas no Ibovespa.	O maior nível de *disclosure* de ativos intangíveis encontrado foi 88%; O menor nível de *disclosure* de ativos intangíveis encontrado foi 24%.
Santos *et al.* (2012)	Verificar a evidenciação dos ativos intangíveis nas companhias industriais mais inovadoras, segundo o IBI.	Análise dos BPs, NEs e RAs; aplicação de *checklist* contendo 21 itens, elaborado a partir do CPC 04.	5 empresas posicionadas no *ranking* das mais inovadoras, segundo o IBI.	100% das empresas analisadas divulgaram informações sobre ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis; Não divulgaram informações sobre ativos intangíveis 6,71%, em média.
Lopes *et al.* (2013)	Verificar o nível de aderência ao CPC 04 das empresas de capital aberto integrantes do setor de bens industriais.	Análise dos BPs e NEs; aplicação de *checklist* contendo 14 itens, elaborado a partir do CPC 04.	28 empresas do setor de bens industriais.	O índice de conformidade das informações sobre ativos intangíveis foi 61,94%, em média; Não divulgaram informações sobre ativos intangíveis 6,71%, em média; Foi apontado um nível crescente de aderência com o passar dos anos.

Fonte: Elaboração a partir de Moura *et al.* (2011), Avelino Pinheiro e Lamounier (2012), Santos *et al.* (2012) e Lopes *et al.* (2013).

De uma maneira geral, os artigos apresentados buscam mensurar o nível de evidenciação de ativos intangíveis nas organizações, por meio das análises de suas demonstrações contábeis. Tal característica é quantificada por meio de índices, que apontam o percentual das informações divulgadas, a partir de instrumentos ou *checklists*. As pesquisas apresentadas indicam a relevância do tema, bem como a variação do *disclosure* em função de características específicas e setoriais das empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de natureza descritiva, documental e quantitativa, teve sua amostra inicial constituída por todas as empresas listadas na BM&FBovespa, totalizando 525 entidades. Utilizando a mesma metodologia proposta por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), foram excluídas da amostra aquelas empresas que não apresentaram saldo na rubrica "Intangível" de seus Balanços Patrimoniais, somando-se 136 empresas.

No Brasil, a negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados depende de prévio registro na CVM. Seu emissor deve requerê-lo em uma dentre as categorias A ou B. Quando pela escolha do registro na categoria B, dentre outras implicações, a entrega do FR, especificamente o item 12.9 – relações familiares – é facultativa. (BRASIL, 2009a). Um total de 38 empresas optou por não entregá-lo e, por esse motivo, foi excluído da amostra.

De maneira semelhante, aquelas entidades que se encontravam em processo de recuperação judicial foram excluídas, visto que "o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar o formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo de recuperação" (BRASIL, 2009b, art. 36). Foram identificadas 12 entidades nessa situação.

Houve, ainda, um total de 8 empresas que não apresentaram suas demonstrações financeiras por diversos motivos, tais como: registro suspenso pela CVM por irregularidades diversas, registro em data posterior ao fim do exercício de 2012, dentre outros. A amostra intermediária foi totalizada em 331 empresas.

Em seguida, para a obtenção das duas amostras finais, procedeu-se à classificação das entidades como familiares e não familiares. Neste estudo, foram consideradas empresas familiares possuidoras de características denominadas híbridas ou de influência familiar, conforme classificação proposta por Lethbridge (1997): (a) Híbrida: possui capital aberto, porém a família ainda detém o controle; (b) De influência familiar: a maioria das ações está em poder do mercado, mas a família, ainda que afastada da administração cotidiana, exerce influência estratégica por meio de participação acionária significativa.

Assim como no estudo de Oro, Casagrande e Hein (2013), foi utilizado o FR das entidades, que contém informações das relações familiares entre os diversos gestores da organização. Foram identificadas 166 entidades familiares e 165 não familiares, sendo essas as duas amostras finais deste estudo.

Os dados necessários à realização deste estudo foram coletados em fontes secundárias, disponíveis no sítio eletrônico da BM&FBovespa, nos meses de julho e agosto de 2013. Foram utilizados o Balanço Patrimonial (BP), a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), os Formulários de Referência e as Notas Explicativas das empresas que compõem a amostra, referentes ao ano de 2012. A compreensão das informações do conteúdo desses demonstrativos tem por premissa que todas as informações divulgadas pelo emissor devem ser escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa (BRASIL, 2009a).

Para avaliar o nível de *disclosure* das empresas da amostra, foi utilizado o modelo de *checklist* proposto por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), adaptação da ideia estruturada por Moura *et al.* (2011). Esse constructo é composto por 17 quesitos, baseados nas especificações do CPC 04 (R1), conforme ilustrado no Quadro 2. Segundo Alencar (2007), os estudiosos têm optado por construir o próprio indicador de *disclosure* ou trabalhar com *rankings* já existentes.

Quadro2 - *Checklist*

Dimensão do Ativo Intangível	Item nº	Descrição
Valor do intangível/amortização	01	Informações sobre intangíveis separados em classes
	02	Valor de custo do intangível no final do período
	03	Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período
	04	Valor líquido do intangível no final do período
	05	Valor de custo do intangível no início do período
	06	Eventual amortização acumulada no início do período
	07	Valor líquido do intangível no início do período
	08	Amortização reconhecida no período
Vida útil	09	Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida
	10	Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida
	11	Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas
	12	Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
Conciliação do valor contábil	13	Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída
	14	Informações sobre adições, baixas e transferências
	15	Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas
	16	Informações sobre realizações de testes de *impairment* e constituição da provisão de perda, quando aplicável
Informação adicional	17	Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período

Fonte: Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012).

Assim como realizado por Moura *et al.* (2011) e Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), para a resposta de cada item do *checklist* foi atribuído um resultado (0, 1 ou 2). A nota zero representava a não divulgação da informação pela entidade; a nota 1 foi atribuída caso a empresa evidenciasse a informação em suas notas explicativas; e a nota 2 foi utilizada nas situações em que o item da dimensão apresentou-se como não aplicável para determinadas empresas. Optou-se por essa metodologia em detrimento à composta por questões binárias (0 e 1) para evitar a penalização das entidades que não revelaram um determinado tipo de informação porque não se aplicava à sua realidade operacional.

A utilização do *checklist* determinou o grau de aderência ao CPC 04 (R1) por parte das empresas familiares e não familiares. Foi verificado também o grau de aderência por dimensão do ativo intangível, ou seja, identificou-se o grau de aderência, de cada empresa, por cada um dos quatro conjuntos de informações pesquisadas: valor do intangível/amortização, vida útil, conciliação do valor contábil e informação adicional.

Em seguida, foi avaliado se existia diferença significativa entre o grau de aderência ao CPC 04 (R1) das empresas familiares e o das empresas não familiares. Para tanto, inicialmente, dois testes estatísticos foram utilizados, a saber: o teste paramétrico *T-student*, como utilizado por Perez e Famá (2006) e o teste não paramétrico Teste U de Mann-Whitney. A decisão por aplicar os testes T ou U tem a finalidade de avaliar a existência de diferenças significativas entre os valores das médias de duas amostras. Este último teste é conhecido como alternativa ao primeiro, por não pressupor a normalidade da distribuição amostral. Todos os testes foram aplicados utilizando um grau de significância estatística de 5%.

Para a escolha definitiva de um dos testes, foi necessário verificar se as amostras são ou não normalmente distribuídas. Para isso, assim como Oro, Casagrande e Hein (2013), foi realizado o teste de Shapiro-Wilk. Para a realização desta pesquisa foi estabelecida a seguinte hipótese nula (H_0): não existem diferenças significativas entre o nível de *disclosure* dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares brasileiras.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção são apresentados os índices calculados em cada uma das amostras da pesquisa. Em seguida, discutem-se os valores apresentados de maneira comparativa entre as amostras.

4.1 EMPRESAS FAMILIARES, NÃO FAMILIARES E TOTAL

A Tabela 1 apresenta o resumo da evidenciação de cada item que compõe o *checklist* utilizado neste estudo, considerando as amostras intermediária, empresas familiares e empresas não familiares.

Tabela 1 - Resumo das Evidenciações: Empresas Familiares, não Familiares e Total

Item de Evidenciação	Evidenciação (Nota 1)					
	Empresas Familiares		Empresas não Familiares		Total	
	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
01 - Informações sobre ativos intangíveis separados em classes	156	94,0	154	93,3	310	93,9
02 - Valor de custo do intangível no final do período	116	69,9	123	74,5	239	72,2
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	117	70,5	125	75,8	242	75,4
04 - Valor líquido do intangível no final do período	166	100	165	100	331	100
05 - Valor de custo do intangível no final do período	103	62,0	105	63,6	208	63,0
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	107	64,5	110	66,7	217	68,0
07 - Valor líquido do intangível no início do período	166	100	165	100	331	100
08 - Amortização reconhecida no período	119	71,7	112	67,9	231	72,2
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	125	75,3	111	67,3	236	71,3
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida	1	0,6	0	0,0	1	0,3
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	127	76,5	123	74,5	250	76,7
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	135	81,3	131	79,4	266	81,3

continua...

conclusão.

Item de Evidenciação	Evidenciação (Nota 1)					
	Empresas Familiares		Empresas não Familiares		Total	
	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	110	66,3	106	64,2	216	67,7
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	130	78,3	128	77,6	258	79,6
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	53	31,9	40	24,2	93	28,1
16 - Informações sobre realizações de testes de *impairment* e constituição da provisão para perda, quando aplicável	160	96,4	149	90,3	309	93,4
17 - Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período	21	12,7	45	27,3	66	42,3

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com as informações disponibilizadas na Tabela 1, os itens 4 (valor líquido do intangível no final do período) e 7 (valor líquido do intangível no início do período) foram os de maior evidenciação nas três amostras, alcançando a totalidade das empresas analisadas. Tal fato ocorre devido às informações desses quesitos serem apresentadas no BP das entidades, disponibilizados por meio das DFPs. Ainda assim, grande parte das empresas tem a prática de ratificar essa informação em suas Notas Explicativas. Esse resultado vai de encontro aos achados de Lopes *et al.* (2013), que identificaram a classificação da vida útil como definida ou indefinida como o item de maior divulgação.

O item de menor evidenciação, também encontrado nas três amostras, foi o de nº 10 (motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida), revelado apenas por uma entidade, de natureza familiar. Percebe-se que a maioria das empresas tem a prática de evidenciar apenas a classificação da vida útil de seus ativos intangíveis como definida ou indefinida (item 7), mas não expõe as razões dessa classificação.

Cabe destacar que o item 16, que trata das realizações de testes de *impairment* no ativo intangível, tema bastante relevante quando se trata da adoção das normas internacionais de Contabilidade, foi evidenciado por 93,4% das empresas, a maioria delas familiares. Quase a totalidade das entidades pesquisadas informou em suas NEs que o ágio e os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e sim submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, no mínimo, uma vez por ano. Esse fato também foi evidenciado nos resultados da pesquisa de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012).

O item 15 foi evidenciado por apenas 28,1% das empresas, somando 93 entidades que apresentaram alguma informação sobre ativos mantidos para venda e outras baixas, quesito de segunda menor aderência considerando a amostra intermediária. Desse total, 53 foram empresas familiares e 40 não familiares.

Quanto à separação do ativo intangível em classes (item 1), observa-se que grande parte das empresas pesquisadas apresentam seu valor apenas de forma sintética no BP das DFPs. Entretanto, há um maior detalhamento das classes que compõem o ativo intangível total, nas NEs. Dessa forma, 93,9% das empresas apresentaram essas informações. Ao considerar apenas as entidades não familiares, esse quesito foi o terceiro mais divulgado, somando 154 empresas, representando 93,3%.

A maior diferença entre os itens do *checklist* se deu no de número 17. Enquanto 12,7% das empresas familiares apresentaram a informação, esse valor alcançou 27,3% nas entidades não familiares.

A Tabela 2 apresenta a média dos índices de evidenciação das três amostras do estudo, considerando cada um dos 4 grupos de informações pesquisadas.

Tabela 2- Índice de evidenciação por grupo: Empresas Familiares, Não Familiares e Total

Dimensão do Ativo Intangível	Média do índice		
	Empresas Familiares	Empresas Não Familiares	Total
Grupo I - Valor do intangível / amortização (Itens 1 a 8)	0,79	0,80	0,81
Grupo II - Vida Útil (Itens 9 a 12)	0,75	0,71	0,74
Grupo III - Conciliação do Valor Contábil (Itens 13 a 16)	0,52	0,48	0,50
Grupo IV - Informação Adicional (Item 17)	0,13	0,27	0,42

Fonte: Elaboração própria.

Nas três amostras, o Grupo I (valor do intangível/amortização) apresentou o maior índice de evidenciação. As informações mais evidenciadas nesse grupo dizem respeito aos quesitos de separação do ativo intangível em classes e de valor líquido do intangível no início e no final do período.

O segundo grupo a apresentar o maior índice de evidenciação foi o II. Em relação a esse grupo, as informações mais divulgadas se relacionam com o método de amortização utilizado para os ativos intangíveis de vida útil definida. O prazo de vida útil ou a taxa de amortização utilizada se apresentaram como a segunda informação mais divulgada.

Em relação ao grupo III, observou-se que a média do índice encontrada foi 50% na amostra intermediária, 52% nas empresas familiares e 48% nas não familiares. Dos quatro quesitos que o compõem, o de maior evidenciação diz respeito às informações sobre realizações de testes de *impairment* e constituição de provisões para perda, quando aplicáveis. O quesito de menor evidenciação está relacionado às informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas, representado pelo item 15.

Por fim, o grupo IV foi o que apresentou os menores índices de evidenciação. Esse grupo, que contém apenas um item, está relacionado ao total de gastos com pesquisa e desenvolvimento, reconhecidos como despesas no período. Observa-se que as entidades têm a prática de mencionar, em suas NEs, os gastos com pesquisas e desenvolvimento, entretanto não fornecem detalhes suficientes, deixando de divulgar o montante reconhecido como despesa. As entidades que mais apresentaram essa informação estão ligadas ao setor elétrico, visto que são obrigadas a destinar parte de seus recursos aos programas de eficientização energética, instituídos pela Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

Os resultados encontrados em relação à dimensão dos ativos intangíveis nesta pesquisa corroboram com os achados de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), na medida em que os grupos I a IV apresentaram, respectivamente, índices decrescentes de *disclosure*.

4.2 COMPARATIVO – EMPRESAS FAMILIARES E NÃO FAMILIARES

Conforme já mencionado, foram calculados os graus de aderência ao CPC 04 (R1) de cada empresa componente das duas amostras finais, em valores percentuais. As empresas que porventura obtiveram nota 2 em algum dos itens do *checklist* tiverem seus índices calculados com a exclusão desses, com o objetivo de não comprometer o resultado final. Os valores da estatística descritiva dos índices dessas duas amostras são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Estatística Descritiva: Empresas Familiares e Não Familiares

Amostra	Tamanho da amostra	Grau de aderência			Desvio padrão
		Médio	Mínimo	Máximo	
Empresas Familiares	166	69,88%	18,75%	94,12%	19,91%
Empresas Não Familiares	165	70,28%	5,88%	94,12%	19,95%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do STATA.

Observa-se que nenhuma entidade apresentou 100% de grau de aderência ao CPC 04 (R1). Os valores máximos foram iguais nas duas amostras analisadas, totalizando 94,12%. Por outro lado, a entidade que apresentou o menor índice está inserida na amostra final 2 (não familiares), com um total de 5,88% de evidenciação. Os valores mínimo e máximo encontrados corroboram com os achados de Moura *et al.* (2011) que encontraram, respectivamente, 6% e 94%.

No tocante ao grau de aderência médio, as empresas familiares apresentaram 69,88%, enquanto as não familiares, 70,28%. Tais valores também se mostram próximos aos encontrados na pesquisa de Moura *et al.* (2011). Embora os autores tenham encontrado um índice médio de 61%, foram identificados valores de até 67% em empresas do setor de tecnologia da informação e de construção e transporte.

As amostras finais 1 e 2 foram submetidas preliminarmente, com o auxílio do software *Stata*, ao teste de Shapiro-Wilk, com o objetivo de identificar a normalidade da sua distribuição. Os resultados apontaram a rejeição da hipótese nula do teste, que considera as amostras normalmente distribuídas.

Assim, optou-se pela utilização do teste não paramétrico Mann-Whitney (Teste U), com o objetivo de comparar o grau de aderência ao CPC 04 (R1) entre as duas amostras finais. Ao todo foram realizados cinco testes: quatro relativos aos graus de aderência por grupo de informações pesquisadas (grupos I a IV), e o último relativo ao grau de aderência total das empresas, considerando todos os 17 itens do *checklist*.

Os resultados encontrados nos testes encontram-se resumidos na Tabela 4.

Tabela 4 - Teste de Mann-Whitney (Teste U) nas amostras de Empresas Familiares e Não Familiares

Dimensão	Grupo I (Itens 1 a 8)	Grupo II (Itens 9 a 12)	Grupo III (Itens 13 a 16)	Grupo IV (Item 17)	Geral (Itens 1 a 17)
p-valor	0,6953	0,1852	0,3140	0,0001	0,9591

Fonte: Elaboração própria com base em dados do STATA.

Observa-se que não foram encontradas evidências que permitissem rejeitar a hipótese nula da pesquisa, que utiliza como parâmetro o grau de aderência considerando todos os 17 quesitos do *checklist*. Os demais testes realizados, relativos aos grupos de informações pesquisadas, tiveram o intuito de verificar se haveria diferenças entre o nível de evidenciação das empresas familiares e das não familiares considerando cada uma das dimensões dos itens do *checklist*.

O teste relativo ao grupo I apontou um p-valor de 0,6953. Tal resultado indica que não há diferenças estatisticamente significativas entre o nível de evidenciação das empresas familiares e das não familiares, no tocante a esses oito quesitos. Resultado similar foi encontrado nos testes relativos aos grupos II e III, que, respectivamente, apresentaram 0,1852 e 0,3140 como p-valor. Entretanto, resultado diverso foi encontrado no teste do grupo IV (p-valor de 0,0001). Dessa forma, pode-se admitir, então, que, em relação ao total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período, as empresas familiares tendem a divulgar um menor número de informações comparativamente às entidades não familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa. Foi formulada a hipótese de que não existem diferenças significativas entre o nível de *disclosure* dos ativos intangíveis praticado pelas empresas familiares e não familiares.

Na análise da estatística descritiva, observou-se que o grau de aderência ao CPC 04 (R1) médio das empresas familiares e não familiares foi, respectivamente, 69,88% e 70,28%. Esses dois resultados mostram-se próximos dos achados de Moura *et al.* (2011) e Lopes *et al.* (2013) que encontram um índice médio de 61% e 61,94%, respectivamente.

O menor grau de aderência encontrado foi apresentado por uma entidade não familiar, totalizando 5,88%, enquanto o maior foi encontrado em empresas familiares e não familiares, num total de 94,12%. Esses dois índices também corroboram com os achados de Moura *et al.* (2011) que encontrou 6% e 94% para o menor e maior índices, respectivamente.

Assim como verificado por Santos *et al.* (2012), nenhuma entidade deixou de apresentar ao menos alguma informação acerca dos ativos intangíveis e suas demonstrações, particularmente nas NEs.

Os resultados da estatística inferencial apontaram que não foi possível rejeitar a hipótese nula da pesquisa. Conclui-se que não há diferenças no nível de *disclosure* de ativos intangíveis entre os dois segmentos de empresas pesquisadas. Entretanto, resultado diverso foi identificado no tocante ao total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período, item 17 do *checklist*. Infere-se, pois, que a característica familiar das entidades influencia a divulgação desse quesito em particular.

Diante do exposto, pôde-se perceber que a característica familiar das empresas aparenta guardar, ainda que parcialmente, alguma associação ao *disclosure* praticado pelas empresas. Cabe salientar que o campo de pesquisas acerca das entidades familiares é bastante incipiente, sobretudo no Brasil. Não há uma teoria sólida que contemple a diversidade de empresas familiares existentes, sobretudo quando se considera os vastos conceitos de entidade familiar existente (DYER JÚNIOR; SANCHEZ, 1998; SHARMA, 2004). Dessa forma, a identificação de variáveis que possam, de alguma forma, estar relacionadas às características particulares das empresas familiares contribui para a solidez de uma teoria relacionada ao tema. A contribuição deste estudo se dá exatamente nesse quesito.

Como sugestões de futuras pesquisas, aponta-se a utilização de outros *checklists*, como o utilizado por Santos *et al.* (2012). A segregação entre o *disclosure* voluntário e obrigatório também é fortemente recomendada. Além disso, análises mais ampliadas a partir de demonstrações contábeis de outros exercícios financeiros podem apresentar resultados relevantes.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. C. *Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro*. 2007. 104 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALI, A.; CHEN, T.; RADHAKRISHNAN, S. Corporate disclosure by family firms. *Journal of Accounting and Economics*, v. 44, n. 1-2, p. 238-286, 2007.

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

BOFF, M. L. *Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares.*2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

BOFF, M. L.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Informações recomendadas pelo parecer de orientação nº 15/87 da CVM nos relatórios da administração de empresas familiares de capital aberto. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 6, n. 3, p. 247-257, 2009.

BORNHOLDT, W. *Governança na empresa familiar:* implementação e prática. São Paulo: Bookman, 2005.

BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. *Mudanças contábeis na lei societária:* Lei n° 11.638, de 29-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

BRASIL. Comissão de valores mobiliários. *Comunicado de 07 de dezembro de 2009*. 2009a. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/cvm/071209_divulga_instrucao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. *Deliberação nº 644 de 2 de dezembro de 2010*.2010a. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis sobre ativo intangível. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0600/deli644.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. *Deliberação nº 676 de 13 de dezembro de 2011*.2011a. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0600/deli676.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. *Instrução nº 480 de 7 de dezembro de 2009*.2009b. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. 2009b. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=%5Cinst%5Cinst480.htm>. Acesso em: 07 ago. 2013.

_____. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)*. 2010b. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2013.

_____. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)*. 2011b. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2009.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.

CARNEIRO, J. E.; LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C. Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 19, n. 3, p. 49-67, 2008.

CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F. *Mercado de capitais*: o que é, como funciona.7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

CHEN, X.; CHEN, S.; CHENG, Q. Do family firms provide more or less voluntary disclosure? *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 3, p. 499-536, 2008.

COLAUTO, R. D. *et al.* Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.

CUNHA, A. G. *et al.* Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com Empresas Brasileiras. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIAEMGESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: SEGET, 2010.

DYER JÚNIOR, W. G. Examining the "family effect" on firm performance. *Family Business Review*, v. 19, n. 4, p. 253-273, 2006.

_____. The family: the missing variable in organizational research. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 27, n. 4, p. 401-416, 2003.

DYER JÚNIOR, W. G.; SANCHEZ, M. Current state of family business theory and practice as reflected in family business review 1988-1997. *Family Business Review*, v. 11, n. 4, p. 287-295, 1998.

FALCÃO, E. Divulgação em demonstrações financeiras de companhias abertas. *Caderno de Estudos*, n. 12, p. 1-13, 1995.

FLORIANI, O.P. *Perpetuação das sociedades à luz do direito civil:* um desafio familiar. Curitiba: Juruá, 2005.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da contabilidade*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LANZANA, A. P. *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. 154 f. 2004. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LETHBRIDGE, E. Tendências da empresa familiar no mundo. *Revista do BNDES*, v. 4, n. 7, p. 1-18, 1997.

LOPES, L. C. *et al.* Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na Bolsa de Valores do Brasil ao CPC 04. In: CONGRESSO USP, 20., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2013.

LOURENZO JR., A. M. *Programas de profissionalização e sucessão:* um estudo em empresas familiares de pequeno porte de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTINS, E. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MOURA, G. D.; DALLABONA, F. V. Boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. In: CONGRESSO USP, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011.

OLIVEIRA, I. M. S. *Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ORO, I. M.; CASAGRANDE, R. M.; HEIN, N. Endividamento e lucratividade de empresas familiares da BM&FBovespa: um estudo nos estágios da propriedade. In: CONGRESSO USP, 13., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2013.

PAULO, I. I. S. L. M.; CAVALCANTE, P. R. N. C. Estudo sobre o conservadorismo contábil nas companhias abertas familiares e não-familiares no mercado brasileiro. In: CONGRESSO USP, 9., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2012.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade e Finanças USP*, v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.

ROVER, S. *et al.* Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012.

SANTOS, A. V. F. *et al.* Evidenciação de ativos intangíveis nas empresas industriais mais inovadoras segundo classificação do índice Brasil de inovação (IBI). *Revista ADM.MADE*, v. 16, n. 1, p. 1-23, 2012.

SHARMA, P. An overview of the field of family business studies: current status and directions for the future. *Family Business Review*, v. 17, n. 1, p. 1-36, 2004.

SOUZA, L. M.; BARBOSA, F. R. Legibilidade dos formulários de referência das empresas participantes dos níveis de governança corporativa no Brasil. In: CONGRESSO USP, 11., 2013, São Paulo. *Anais*... São Paulo: USP, 2011.

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de evidenciação contábil das organizações do terceiro setor. In: CONGRESSO USP, 13., 2013, São Paulo. *Anais*... São Paulo: USP, 2013.